



ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA (HÍBRIDA) DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 4ª SESSÃO LEGISLATIVA. 19ª LEGISLATURA. MANAUS, 9 DE MARÇO DE 2022. PRESIDENTE: DEPUTADO ROBERTO CIDADE.

Às nove horas e vinte minutos do dia nove de março do ano dois mil e vinte e dois, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **ADJUTO AFONSO**, com a presença dos Deputados: Abdala Fraxe, Ângelus Figueira, Álvaro Campelo, Belarmino Lins, Carlinhos Bessa, Cabo Maciel, Dr. Gomes, Dermilson Chagas, Delegado Péricles, Doutora Mayara Pinheiro Reis, Fausto Júnior, Felipe Souza, João Luiz, Joana Darc, Professora Therezinha Ruiz, Roberto Cidade, Ricardo Nicolau, Saullo Vianna, Serafim Corrêa, Sinésio Campos, Tony Medeiros e Wilker Barreto, sendo que a Deputada Nejmi Aziz teve sua falta justificada por meio do Memorando n.º 17/2022. **Na Fase Preliminar, o Secretário-Geral, Deputado DELEGADO PÉRICLES**, procedeu à leitura do **Expediente** constante dos **Ofícios: 1. n.º 921/2022, do Senhor Jefferson Batalha do Nascimento, Presidente da Câmara Municipal de Manacapuru**, encaminhando cópia das Indicações n.ºs 517, 519 e 530/2021, de autoria dos Vereadores Miriam Trindade e Wanderley Barroso, aprovadas nas Sessões Ordinárias dos dias 22 e 29/11/2021, solicitando informações oficiais e atualizadas sobre o andamento dos procedimentos de mobilização para criação, incorporação, desmembramento e fusão de novos municípios no Estado do Amazonas e no Brasil (2021.9.051889); **2. n.ºs 708 e 695/2022, do Senhor Engenheiro Carlos Henrique dos Reis Lima, Secretário de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus**, respondendo aos Ofícios n.ºs 026 e 017/2022, do Deputado Roberto Cidade, sobre pavimentação asfáltica no Ramal Santa Rita, localizado na Comunidade Cachoeira do Castanho, no Município de Iranduba e Comunidade Sagrado Coração de Jesus, na rua 05 de abril no Bairro Santo Antônio (2022.9.006530/06526); **3. n.º 276/2022, do Senhor Marcellus José Barroso Campêlo, Coordenador-Executivo da Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE**, encaminhando cópia da Celebração de Convênios assinados entre aquela Coordenadoria e





Municípios do Interior (2021.9.06502); **4. n.º 316/2022, do Senhor Josélio Azevedo De Sousa, Diretor-Geral, Substituto, do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, respondendo ao Requerimento n.º 310/2022, do Deputado Tony Medeiros, no qual solicitou a contratação de uma nova empresa para retomar, com urgência, a obra de reforma da unidade prisional do Município de Parintins (2021.9.06493); **5. n.º 169/2022, da Senhora Pollyana Andrade Maruoka Vieira, Gerente-Executiva de Governo – GIGOV/MN**, encaminhando cópia de Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União (2022.9.06693); **6. n.º 232/2022, da Senhora Mônica de Siqueira Dutra Pinto, Coordenadora de Assuntos Legislativos do Ministério da Saúde**, respondendo aos Requerimentos n.ºs 2236 e 2312/2022, de autoria do Deputado Wilker Barreto, solicitando estudo para possível implementação de barreiras sanitárias e antecipação do grupo prioritário de vacinação (2022.9.06917); **7. n.º 189/2022, da Senhora Milene Fonseca Martins, Gerente-Executiva de Governo – GIGOV/MN**, encaminhando cópia de Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União (2022.9.06919); **8. n.º 322/2022, do Senhor Flávio Cordeiro Antony Filho, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil**, respondendo ao Requerimento n.º 202/2022, do Deputado Abdala Fraxe, solicitando reforma no campo da Cean, localizado no bairro São Francisco (2022.9.07045); **9. n.º 111/2022-PGJ, do Senhor Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas**, solicitando tramitação regular do Projeto de Lei Complementar n.º 5/2021 que disciplina a Transação Administrativa Disciplinar (TAD) e a Suspensão do Processo Administrativo Disciplinar (SUSPAD) e dá outras providências. **Como primeiro orador, o Deputado Sinésio Campos** repudiou a fala do Prefeito de Iranduba, Augusto Ferraz, que chamou as comunitárias que protestavam na cidade de vagabundas. Pediu que a Comissão da Mulher entrasse com uma ação contra o Chefe do Executivo de Iranduba e prometeu apresentar uma Moção de Agravo. **Após, Deputado Cabo Maciel** comentou a tramitação do Projeto de Lei de sua autoria que dá garantias aos policiais militares quando intimados a depor. **Na sequência, o Deputado Serafim Corrêa** considerou ruim a redução do imposto de importação pelo Governo Federal, já que ele seria partilhado com Estados e Municípios o que diminuiria a arrecadação, além de prejudicar a Zona Franca de Manaus, pois causa insegurança jurídica aos empresários. **Dando prosseguimento, o Deputado Wilker Barreto** citou algumas empresas contratadas pelo Governo do Amazonas na área da saúde que não estão pagando seus funcionários e denunciou que os contratos





indenizatórios continuam sendo realizados. Finalizou pedindo que seu Requerimento convocando o Secretário de Saúde fosse aprovado. **Em seguida, a Deputada Doutora Mayara Pinheiro Reis** discursou sobre o “Março Lilás” que trata da prevenção do câncer do colo de útero que tem uma incidência maior no Estado do Amazonas e lembrou que tem uma pauta de saúde voltada a esse tema. Elencou algumas ações que o município de Coari faz a fim de prevenir o câncer de colo de útero, como também fomentar a certidão de nascimento e apoiar os jovens com transferência de renda. **Neste momento, a Deputada Doutora Mayara Pinheiro** assumiu a **Presidência** enquanto o **Deputado Adjuto Afonso** usou a tribuna para discorrer sobre a dificuldade que os agricultores têm de acessar o crédito do Pronaf em razão dos entraves ambientais. Em outro tema, parabenizou o Governador do Amazonas por lançar o Programa “Crédito Rosa” por meio da Afeam com o objetivo de oferecer recursos às mulheres empreendedoras. **Neste momento, a Presidente** transpôs os trabalhos ao **Grande Expediente** continuando na tribuna o **Deputado Adjuto Afonso** que solicitou à Deputada Joana Darc que interviesse junto à Sejusc na questão das cédulas de identidade que estariam faltando no interior. Prometeu fazer um Requerimento pedindo que seja identificada a burocracia que estaria impedindo de as cédulas chegarem ao interior e qual a quantidade que estaria sendo encaminhada. **Em aparte, os Deputados: Wilker Barreto** sugeriu que voltasse o atendimento nos PACs para agilizar a retirada da carteira e que acabasse a politicagem com as cédulas de identidade; **Serafim Corrêa** observou que a falta de carteira de identidade tem prejudicado a emissão de certidão de nascimento, já que pais sem RG não podem tirar o Registro Civil; **Joana Darc** explicou que tem uma afinidade com a Sejusc por ser Presidente da Comissão de Cidadania da Assembleia e que tem pedido ações de cidadania, entre elas, a questão da carteira de identidade. Colocou-se à disposição para resolver o problema; **Fausto Júnior** sugeriu que as carteiras fossem emitidas também pelos cartórios no interior; **Delegado Péricles** também fez uma sugestão de que aumentasse a quantidade de cédulas de identidade nos PACs e nas Delegacias já que a demanda é muito grande. Lembrou que por ser delegado, há um posto de emissão de identidade na Assembleia, mas são apenas duzentas cédulas por mês; **Dermilson Chagas** criticou o Governo do Amazonas que não consegue resolver situações básicas de cidadania. **Acolhidos os apartes, Deputado Adjuto Afonso** ponderou que o Governador desconhece a questão e que o Requerimento de sua autoria tem a finalidade de informá-lo para que ele tome uma medida. **Após, o Deputado Ângelus Figueira** propôs a retirada de mais um entrave acerca do licenciamento ambiental e convidou a Casa para





avançar na aprovação da proposta. **Em aparte, o Deputado Dermilson Chagas** pontuou que o Ipaam não estaria muito interessado no tema. **Acolhido o aparte, o Deputado Ângelus Figueira** esclareceu que o objeto do Projeto de sua autoria e do Deputado Fausto Júnior já estaria regulamentado pelo Governo Federal. **Na sequência, o Deputado Sinésio Campos** retomou o assunto já abordado no Pequeno Expediente reiterando o seu repúdio ao Prefeito Augusto Ferraz. **Em aparte, a Deputada Professora Therezinha Ruiz** considerou grave o fato e garantiu que a Comissão da Mulher irá tomar as medidas cabíveis; **a Deputada Joana Darc** afirmou que ninguém tem o direito de desrespeitar e agredir uma mulher e pediu que a Casa tomasse uma providência em relação às ofensas que recebeu nas suas redes sociais, **a Deputada Doutora Mayara** endossou as palavras do Orador e se solidarizou com as mulheres de Iranduba; **o Deputado Serafim Corrêa** lamentou a cena desagradável protagonizada pelo Prefeito de Iranduba. **Acolhidos os apertes, o Deputado Sinésio Campos** reafirmou seu posicionamento contrário à atitude do Prefeito Augusto Ferraz. **Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado Roberto Cidade** que iniciou a **Ordem do Dia** e fez verificação de quórum. Havendo quórum regimental, solicitou que o **Secretário-Geral, Deputado Delegado Péricles**, procedesse à leitura da **Pauta de Requerimentos: 1. n.º 564/2022, do Deputado Wilker Barreto**, “Requer tramitação em Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 58/2022 que dispõe sobre a base de cálculo e o recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA no exercício de 2022, nos casos que especifica”. **Em votação, aprovado; 2. n.º 565/2022, do Parlamentar Álvaro Campelo**, “Requer tramitação em Regime de Urgência ao Projeto de Resolução Legislativa n.º 05/2022, que altera, na forma que especifica, os artigos 4º e 5º da Resolução Legislativa n.º 751, de 19 de fevereiro de 2020, que Institui e estabelece normas para conceder a Medalha do Mérito Jurídico, Ministro José Bernardo Cabral”. **Em votação, aprovado; 3. n.º 614/2022, da Deputada Joana Darc**, “Requer tramitação em Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 77/2022 que acrescenta ao artigo 18-A à Lei n.º 4.605, de 28 de maio de 2018, que Estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional”. **Em votação, aprovado; 4. n.º 652/2022, de autoria do Deputado Delegado Péricles**, que “Requer Dispensa de Interstício ao Projeto de Lei Complementar n.º 7/2021, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, que altera o inciso XLIV do artigo 70 da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro de 1997 (composição dos grupos de trabalho comissões e comitês). **Em votação, aprovado. Questão de Ordem, o Deputado Wilker**





Barreto pediu que seu Requerimento n.º 383/2022 fosse aprovado. **Em resposta, o Presidente** prometeu verificar a possibilidade de aprovação até o final da reunião. **Ato contínuo,** o Secretário fez a leitura da **Pauta dos Vetos, em Discussão Geral e Votação Única: Veto Total n.º 1/2022, oriundo de Mensagem Governamental n.º 166/2021, ao Projeto de Lei n.º 334/2021, do Deputado Álvaro Campelo,** "Dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Amazonas, e dá outras providências" Com Parecer Contrário ao Veto da Comissão Especial (Relator: Deputado Carlinhos Bessa). **Em discussão, os Deputados: Wilker Barreto** justificou seu voto contrário ao Veto; **Professora Therezinha Ruiz** explicou que toda organização de Conselho segue regras federais, portanto não poderia ser revisto pela Assembleia; **Delegado Péricles** pontuou que o Projeto não quer reorganizar Conselho quer apenas rever a questão das siglas. **Em votação, Veto derrubado por unanimidade; 2. Veto Total n.º 02/2022, oriundo de Mensagem Governamental n.º 01/2022, ao Projeto de Lei n. 427/2020, da Deputada Doutora Mayara Pinheiro Reis,** "Altera, na forma que especifica, a Lei n. 2.748, de 4 de setembro de 2002, que Define a quantia considerada de pequeno valor para os efeitos do disposto no § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, e dá outras providências" Com Parecer Favorável ao Veto da Comissão Especial (Relator: Deputado Serafim Corrêa). **Em votação, Veto mantido por unanimidade; 3. Veto Parcial n.º 03/2022, oriundo de Mensagem Governamental n.º 02/2022, ao Projeto de Lei n.º 720/2019, de autoria dos Deputados Adjuto Afonso e Roberto Cidade,** "Institui o Código de Defesa do Empreendedor do Estado do Amazonas." Com Parecer Favorável ao Veto da Comissão Especial (Relator: Deputado Carlinhos Bessa). **Em discussão, o Deputado Adjuto Afonso** esclareceu que concordava com o Veto porque o artigo que está sendo vetado realmente é de competência do Executivo. Pediu que todos mantivessem o Veto. **Em votação, Veto aprovado por unanimidade; 4. Veto Total n.º 4/2022, oriundo de Mensagem Governamental n.º 03/2022, ao Projeto de Lei n.º 369/2021, do Deputado Felipe Souza,** "Dispõe sobre a política de gestão e as atividades de manejo e uso sustentável das espécies passeriformes da fauna nativa de origem silvestre desenvolvidas por criadores amadoristas e criadores comerciais no âmbito do Estado." Com Parecer Favorável Ao Veto da Comissão Especial (Relator: Deputado Sinésio Campos). **Em discussão, os Deputados: Wilker Barreto** observou que a Assembleia poderia legislar sobre o tema fauna e por isso votaria contra o Veto; **Professora Therezinha Ruiz** procedeu à leitura do Parecer da Procuradoria-





Geral e pediu que o Projeto fosse readequado às espécies amazônicas; **Felipe Souza** orientou que o Veto fosse mantido. **Em votação, Veto aprovado com voto contrário do Deputado Wilker. Continuando, o Secretário leu a Pauta** seguinte, em Discussão e Votação em **1º Turno: 1. Projeto de Lei Complementar n.º 7/2021, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas**, “Altera o inciso XLIV do artigo 70, da Lei Complementar Estadual n.º 17, de 23 de janeiro de 1997 (Composição dos grupos de trabalho, comissões e comitês)”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Dermilson Chagas); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Belarmino Lins). **Em votação, aprovado; 2. Projeto de Lei Complementar n.º 19/2021, oriundo da Mensagem Governamental n.º 150/2021**, “Altera, na forma que especifica, a remuneração dos Procuradores do Estado, e dá outras providências. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e Parecer Conjunto Favorável das Comissões de Assuntos Econômicos e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Saullo Vianna). **Em votação, aprovado. A seguir, o Secretário Deputado Delegado Péricles** procedeu à leitura da **Pauta seguinte, em Discussão Geral e Votação Única: 1. Projeto de Lei n.º 382/2020, oriundo da Mensagem Governamental n.º 69/2020**, “Altera, na forma que especifica, a Lei n.º 4.040, de 26 de maio de 2014, que “Dispõe sobre a informatização do processo administrativo no âmbito do Poder Executivo Estadual”, e dá outras providências”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Saullo Vianna); e de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação (Relator: Deputado Dermilson Chagas). **Em votação, aprovado; 2. Projeto de Lei n.º 417/2021, oriundo da Mensagem Governamental n.º 100/2021**, “Autoriza o Poder Executivo Estadual a desapropriar, em favor do Estado do Amazonas, as acessões e benfeitorias do imóvel que especifica, ao Município de Manaus”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Carlinhos Bessa); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Ângelus Figueira); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Belarmino Lins). **Em votação, aprovado; 3. Projeto de Decreto Legislativo n.º 02/2022, da Comissão Especial**, “Aprova os nomes indicados para composição do Conselho Curador da Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas – FUNTEC. Enviado pela Mensagem Governamental n.º 06/2022” (Relator:





Deputado Saullo Vianna). **Em votação, aprovado; 4. Projeto de Decreto Legislativo n.º 3/2022, de autoria da Comissão Especial**, “Aprova os nomes indicados para composição do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM”. Enviado pela Mensagem Governamental n. 07/2022. Relatora: Deputada Therezinha Ruiz. **Em votação, aprovado; 5. Projeto de Decreto Legislativo n.º 6/2022, oriundo da Comissão Especial**, “Aprova os nomes indicados para a composição dos 1º, 2º e 3º, Conselhos Permanentes de Disciplina e de Justificação da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Enviado pela Mensagem Governamental n.º 11/2022”. (Relator: Deputado Cabo Maciel). **Em votação, aprovado; 6. Projeto de Lei n.º 512/2020, oriundo do Tribunal de Justiça do Amazonas**, “Altera o artigo 26 da Lei Ordinária n.º 3.226, de 04 de março de 2008 (Transformação de funções gratificadas atualmente vagas nos cargos de Coordenador e Assessor do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica)”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Dermilson Chagas); e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Belarmino Lins). **Em discussão: RETIRADO DE PAUTA PELO PRESIDENTE; 7. Projeto de Lei n.º 693/2021, oriundo do Tribunal de Justiça do Amazonas**, “Altera a redação do §1º do art. 2º e da Tabela II, da Lei Estadual n.º 3.705/2012 (Criação de vinte representações aos militares colocados à disposição)”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Ricardo Nicolau); de Segurança Pública e Política sobre Drogas (Relator: Deputado Cabo Maciel) e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Belarmino Lins). **Em votação, aprovado; 8. Projeto de Lei n.º 44/2022, do Deputado Delegado Péricles**, “Reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo ao atirador desportivo integrante de entidades de desporto legalmente constituídas nos termos do inciso IX do artigo 6º da Lei Federal nº 10.826/2003”. Com Parecer Conjunto Favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; de Assuntos Econômicos; e de Esporte e Lazer (Relator: Deputado Wilker Barreto). **Em discussão, os Deputados: Fausto Júnior e Joana Darc** pediram para subscrever o Projeto e elogiaram a iniciativa, ressaltando que não se tratava de desarmamento, mas sim de proteger o cidadão que pratica tiro esportivo; **João Luiz** parabenizou a lei e salientou que o esporte é legítimo; **Wilker Barreto** destacou a importância do Projeto; **Serafim Corrêa** afirmou que seria a favor do desarmamento e, por isso, votaria contrário ao Projeto; **Cabo Maciel** subscreveu o





Projeto, respeitou o posicionamento do Deputado Serafim Corrêa e parabenizou o Deputado Delegado Péricles pela iniciativa; **Saullo Vianna** manifestou seu voto favorável ao Projeto; **Delegado Péricles** explicou que o Projeto apenas reconhece o tiro esportivo como uma atividade de risco e que o atirador tenha porte de arma de fogo; **Ângelus Figueira** considerou o debate relevante porque o desarmamento não trouxe nenhuma utilidade prática para a Nação e declarou seu voto favorável; **Dr. Gomes** observou que o Projeto só quer regularizar o que já existe no Estado do Amazonas e manifestou seu voto favorável; **Professora Therezinha Ruiz** elogiou o Projeto do Deputado Delegado Péricles e pediu para subscrever; **Belarmino Lins** endossou as palavras do Deputado Dr. Gomes e votou a favor do Projeto. **Em votação, aprovado com voto contrário do Deputado Serafim Corrêa; 9. Projeto de Lei n.º 462/2020, da Deputada Joana Darc**, “Altera a Lei n.º 4.694, de 9 de novembro de 2018, que “Dispõe sobre a Semana Estadual de Prevenção ao Suicídio.”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Ricardo Nicolau); e de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Wilker Barreto). **Em votação, aprovado; 10. Projeto de Lei n.º 87/2021, do Deputado Felipe Souza**, “Assegura o sigilo dos dados das mulheres em situação de risco decorrentes de violência doméstica e intrafamiliar, bem como dos dados de suas/seus filhas (os) e outros membros das suas famílias, nos cadastros dos órgãos e secretarias do Estado do Amazonas e dá outras providências”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Wilker Barreto); de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relatora: Deputada Joana Darc); de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social (Relator: Deputado Dr. Gomes); e da Mulher, da Família e do Idoso (Relatora: Deputada Professora Therezinha Ruiz). **Em discussão, o Deputado João Luiz** subscreveu a matéria. **Em votação, aprovado; 11. Projeto de Lei n.º 229/2021, da Deputada Doutora Mayara**, “Assegura, no âmbito do Sistema Estadual de Saúde, a reabilitação de pessoas com sequelas decorrentes da Covid-19 e dá outras providências”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Belarmino Lins); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Ângelus Figueira); e de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Dr. Gomes). **Em votação, aprovado; 12. Projeto de Lei n.º 362/2021, do Deputado Dermilson Chagas**, “Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação dos valores pagos pela produção e veiculação das peças e anúncios publicitários institucionais, pagos pela Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo





Estadual e dá outras providências”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Serafim Corrêa); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Ricardo Nicolau); de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Saullo Vianna). **Em discussão, os Deputados: Wilker Barreto** subscreveu a matéria e considerou o Projeto um avanço porque melhora a transparência da Máquina Pública **Carlinhos Bessa** declarou seu voto contrário; **Saullo Vianna** explicou que foi relator na Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos e deu parecer favorável por conta do mérito da propositura e que votaria contra agora porque o Projeto obriga o que já está disponível no Portal da Transparência. **Em Encaminhamento de Votação, os Deputados: Serafim Corrêa** manifestou-se favorável por entender que o Projeto faz bem para a Máquina Pública, pois reafirma a transparência por parte do Governo; **Sinésio Campos** também manifestou voto favorável ao Projeto por entender que transparência nunca é redundante; **Wilker Barreto** pontuou que a Administração Indireta não estaria no Portal da Transparência, sendo necessária a aprovação do Projeto; **Delegado Péricles** concordou que o Projeto do Deputado Dermilson Chagas seria redundante, mas não há nada impedindo que novos projetos sobre o tema sejam aprovados, por conta disso, votou a favor; **Carlinhos Bessa** assegurou que já existia a Lei da Transparência e, portanto, seria redundante o Projeto; **Belarmino Lins** pontuou que a matéria estaria regulamentada pela Lei da Transparência e votou contra; **Felipe Souza** observou que nenhum Parlamentar seria contra a transparência, mas que não se poderia votar em um Projeto que já é Lei e orientou a Base Governista a votar contra o Projeto. **Em votação, Projeto Rejeitado** pela maioria do Plenário, tendo votado a favor apenas os Deputados Serafim Corrêa, Delegado Péricles, Sinésio Campos e Wilker Barreto; **13. Projeto de Lei n.º 434/2021, do Deputado Felipe Souza** “Considera como de Utilidade Pública a Associação Caminho da Cruz do Brasil”. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Belarmino Lins). **Em votação, aprovado;** **14. Projeto de Lei n.º 552/2021, da Deputada Professora Therezinha Ruiz**, “Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Padre Felipe Bauzière (Philippe Robert Jean BAUZIÈRE), vice-inspetor da Inspeção Salesiana Missionária da Amazônia”. Com Pareceres Favoráveis da Comissão Especial (Relator: Deputado Carlinhos Bessa); e de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles). **Em votação, aprovado;** **15. Projeto de Lei n.º 597/2021, do Deputado Carlinhos Bessa**, “Declara como de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Ambiental, Financeiro e Econômico





do Amazonas – AACEAM – AMBIENTAL” Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Belarmino Lins). **Em discussão, os Deputados Roberto Cidade e João Luiz** subscreveram a matéria. **Em votação, aprovado;**

16. Projeto de Lei n.º 662/2021, do Deputado Ricardo Nicolau, “Declara como Utilidade Pública o Instituto PCD Juntos Somos Mais Fortes – IJSMF”. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles). **Em discussão, o Deputado Roberto Cidade** subscreveu a matéria. **Em votação, aprovado;**

17. Projeto de Lei n.º 703/2021, de autoria do Deputado Álvaro Campelo, “Declara de Utilidade Pública a “COOPEAM – INSTITUTO SAÚDE”. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles). **Em discussão, a Deputada Professora Therezinha Ruiz** subscreveu a matéria. **Em votação, aprovado;**

18. Projeto de Resolução Legislativa n.º 18/2021, de autoria da Deputada Professora Therezinha Ruiz, “Dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar Emergencial da Educação”. Com Pareceres Favoráveis da Mesa Diretora (Relator: Deputado Carlinhos Bessa); e das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Belarmino Lins); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Dermilson Chagas); e de Educação (Relator: Deputado Carlinhos Bessa). **Em discussão: RETIRADO DE PAUTA PELA AUTORA;**

19. Projeto de Resolução Legislativa n.º 24/2021, do Deputado Adjuto Afonso, “Institui a Sala do Cooperado – espaço com estrutura completa e foco para atendimento exclusivo aos membros de Cooperativas oferecendo serviços de qualidade e apoio às novas necessidades exigidas por esse Setor”. Com Pareceres Favoráveis da Mesa Diretora (Relatora: Deputada Professora Therezinha Ruiz); e das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Carlinhos Bessa); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Dermilson Chagas); e de Empreendedorismo, Comercio Exterior e Mercosul (Relator: Deputado Belarmino Lins). **Em votação, aprovado;**

20. Projeto de Resolução Legislativa n.º 25/2021, do Deputado Adjuto Afonso, “Institui a Sala do Empreendedor – espaço com estrutura completa e foco para atendimento aos empreendedores instalados no âmbito do Estado do Amazonas, reunindo em único local diversos serviços de qualidade e apoio às necessidades exigidas por esse Setor”. Com Pareceres Favoráveis da Mesa Diretora (Relatora: Deputada Professora Therezinha Ruiz); e das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Carlinhos Bessa); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Dermilson Chagas); e de Empreendedorismo, Comercio Exterior e Mercosul (Relator:





Deputado Belarmino Lins). **Em votação, aprovado; 21. Projeto de Resolução Legislativa n.º 52/2021, do Deputado Saullo Vianna**, “Altera a Resolução Legislativa Nº 779, de 21 de dezembro de 2020, que “Institui a Medalha de Honra ao Mérito Cultural e dá outras providências” (Alteração para “Medalha de Honra ao Mérito Legislativo Cultural – Zezinho Corrêa”)”. Com Pareceres Favoráveis da Mesa Diretora (Relator: Deputado Álvaro Campelo); e das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Wilker Barreto); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Ricardo Nicolau); e de Cultura e Economia Criativa (Relator: Deputado Carlinhos Bessa). **Em votação, aprovado. A seguir, o Presidente aprovou, com a anuência do Plenário, em 2º Turno, os Projetos de Lei Complementar n.º 7/2021**, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e n.º **19/2021**, oriundo da Mensagem Governamental n.º 150/2021. **Ato contínuo**, aprovou, **em Bloco, a Redação Final dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 2/2022, 3/2022 e 6/2022; dos Projetos de Lei n.ºs 382/2020, 417/2021, 693/2021, 44/2022, 462/2020, 87/2021, 229/2021, 362/2021, 434/2021, 552/2021, 597/2021, 662/2021, 703/2021; e dos Projetos de Resolução Legislativa n.ºs 24/2021, 25/2021 e 52/2021; como também a Redação Final dos Projetos de Lei Complementar n.ºs 7/2021 e 19/2021. Após, o Secretário-Geral** procedeu à leitura da **EXTRAPAUTA, em Discussão Geral e Votação Única, os Projetos de Resolução Legislativa: n.º 81/2021, do Deputado João Luiz**, “Concede a Medalha do Mérito Legislativo Ruy Araújo ao Senhor Jalil Fraxe Campos”. Com Pareceres Favoráveis da Comissão Especial (Relator: Deputado Fausto Junior); e da Comissão e da Constituição, Justiça e Redação (Relator: Delegado Péricles). **Em discussão, os Deputados Serafim Corrêa, Fausto Júnior, Felipe Souza e Deputada Professora Therezinha Ruiz** subscreveram a matéria. **Em votação, aprovado; n.º 04/2022, de autoria do Deputado Belarmino Lins**, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Raylan Barroso de Alencar, atual Prefeito do Município de Eirunepé, no Estado do Amazonas”. Com Pareceres Favoráveis da Comissão Especial (Relatora: Deputada Professora Therezinha Ruiz); e da Comissão e da Constituição, Justiça e Redação (Relator: Carlinhos Bessa). **Em discussão, o Deputado Fausto Júnior e a Deputada Professora Therezinha Ruiz** subscreveram a matéria. **Em votação, aprovado. Ato contínuo, o Plenário aprovou, EXTRAPAUTA, a Redação Final dos Projetos de Resolução Legislativa n.º 81/2021 e 04/2022. Na sequência, foi feita a PROMULGAÇÃO: Resoluções Legislativas n.ºs 847, 848, 849, 850 e 851, de 9 de março de 2022**, “Institui a Sala Cooperado – espaço com estrutura complexa e





foco para atendimento exclusivo aos membros de Cooperativas oferecendo serviços de qualidade e apoio às novas necessidades exigidas por esse setor”; “Institui a Sala do Empreendedor – espaço com estrutura completa e foco para atendimento aos empreendedores instalados, no âmbito do Estado do Amazonas, reunindo em único local diversos serviços de qualidade e apoio às necessidades exigidas por esse setor”; “Altera a Resolução Legislativa n.º 779, de 21 de dezembro de 2020, que institui a Medalha de Honra ao Mérito Cultural e dá outras providências”; “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Jalil Fraxe Campos”; “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Raylan Barroso de Alencar, atual Prefeito do Município de Eirunepé, no Estado do Amazonas”; **Decretos Legislativos n.ºs 992, 993 e 994, de 9 de março de 2022**, “Aprova os nomes indicados para composição do Conselho Curador da Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas – FUNTEC”; “Aprova os nomes indicados para composição do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM”; “Aprova os nomes indicados para composição dos 1º, 2º e 3º, Conselhos Permanentes de Disciplina e de Justificação da Polícia Militar do Estado do Amazonas”. **Em seguida, foram aprovadas as Atas das Sessões Ordinárias 11, 12 e 13 e das Sessões Especiais 2, 3, 4 e 5. Dando prosseguimento, o Presidente encaminhou às Comissões 3 Projetos de Lei Ordinária, sendo 1 de autoria da Deputada Professora Therezinha Ruiz** “Institui a “Semana de Conscientização Ambiental Fluvial”, no âmbito do Estado do Amazonas”, **1 de autoria do Deputado Roberto Cidade** “Dispõe sobre o Programa Estadual de Prevenção ao Alcoolismo Entre Mulheres e dá outras providências”, e **1 de autoria do Deputado Fausto Júnior** “Concede o Título de Cidadão do Amazonas à Senhora Dária Barroso Serrão das Neves” e **4 Projetos de Resolução Legislativa, sendo 3 de autoria da Deputada Professora Therezinha Ruiz** “Altera, na forma específica, a Resolução Legislativa n.º 706, de 15 de julho de 2019, que Institui a Medalha de Mérito Ireyde Simonetti pela Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente”, “Altera, na forma específica, a ementa e os artigos da Resolução Legislativa n.º 832, de 15 de dezembro de 2021, que Institui a “Medalha de Mérito Dra. Rosemary Costa Pinto, para os profissionais com relevantes trabalhos em prol da saúde no Amazonas”, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao QOPM Carliomar Barros Brandão” e **1 de autoria do Deputado Roberto Cidade** “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Dr. Ítalo Fioravanti Sabo Mendes, Presidente do Tribunal Regional Federal – TRF 1ª Região”. **Ato contínuo, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: Roberto Cidade n.º 616/2022** (ao Governador Wilson Lima); **Adjuto Afonso n.º 617/2022** (Mesa da





Parabenização ao Museu Casa Eduardo Ribeiro), n.º 618/2022 (Moção de Parabenização à Rede de Rádio e Televisão Boas Novas - RBN), n.º 619/2022 (Moção de Parabenização ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM), n.º 620/2022 (ao Governo do Amazonas), n.º 689/2022 (Moção de Parabenização, ao Senhor Antônio Carlos da Silva); **Professora Therezinha Ruiz** n.º 621, 622, 637, 638, 639, 640, 641 e 666/2022 (todos ao IMMU), n.º 623, 632, 633, 634, 643 e 667/2022 (todos à Semulsp), n.º 624, 625, 626, 627, 628, 631, 635, 642, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 678, 679, 680, 681, 682 e 683/2022 (todos à Seminf), n.º 629 e 630/2022 (ambos à Seduc), n.º 636/2022 (ao Secretário Municipal de Educação), n.º 658/2022 (ao Secretário de Educação de Boa Vista do Ramos), n.º 659/2022 (à Secretária de Educação de Benjamin Constant), n.º 668/2022 (ao Secretário de Educação de São Gabriel da Cachoeira), n.º 669/2022 (ao Secretário de Educação de Presidente Figueiredo), n.º 670/2022 (ao Secretário de Educação de Pauini), n.º 671/2022 (à Secretaria de Educação de Nhamundá), n.º 672/2022 (à Secretaria de Educação de Manaquiri), n.º 673/2022 (à Secretaria de Educação de Manacapuru), n.º 674/2022 (à Secretaria de Educação de Fonte Boa), n.º 675/2022 (à Secretaria de Educação de Coari), n.º 676/2022 (à Secretaria de Educação de Careiro da Várzea), n.º 677/2022 (à Secretaria de Educação de Carauari), n.º 684/2022 (à Secretaria Municipal de Educação de Uarini), n.º 685/2022 (à Secretaria Municipal de Educação de Tonantins), n.º 686/2022 (à Secretaria Municipal de Educação de Tabatinga), n.º 687/2022 (à Secretaria Municipal de Educação de Silves); **Serafim Corrêa** n.º 653/2022 (Sessão Especial); **Álvaro Campelo** n.º 654/2022 (Cessão de Tempo), n.º 655/2022 (Sessão Especial dia 4 de abril); **Cabo Maciel** n.º 656/2022 (ao Governador e ao Reitor da UEA); **Wilker Barreto** n.º 657/2022 (à SES-AM); **Dermilson Chagas** n.º 688/2022 (à Seinfra); **Sinésio Campos** n.º **690/2022** (Moção de Agravio ao Prefeito de Iranduba), n.º **691/2022** (Cessão de Tempo dia 10 de março). **A caminho do fim, a Pauta de Tramitação** foi dada como lida e constou **dos Projetos de Lei n.º 77/2022**, de autoria da Deputada Joana Darc; n.º **78/2022**, oriundo da Defensoria Pública; n.º **79/2022**, de autoria do Deputado João Luiz, n.º **80 e 81/2022**, de autoria do Deputado Tony Medeiros (**estes em terceiro dia**); Projetos de Lei n.º 82/2022, de autoria do Deputado Álvaro Campelo; **Projetos de Resolução Legislativa n.º 73/2021, de autoria do Deputado Dr. Gomes**, “Concede a Medalha do Mérito Legislativo Ruy Araújo ao Juiz Fabrício Frota Marques”, n.º **79/2021**, de autoria do Deputado João Luiz, n.º **90 e 91/2021**, de autoria da Deputada Nejmi Aziz; **Projetos de Lei n.º**





742 e 743/2021, de autoria do Deputado Tony Medeiros (**em segundo dia**); **Projetos de Lei n.º 83/2022**, de autoria do Deputado **Álvaro Campelo**, “Dispõe sobre a prioridade na matrícula de filho(s) de mulheres vítimas de violência doméstica em creches, no âmbito do Estado do Amazonas, e adota outras providências”; **n.ºs 84, 85 e 86/2022**, de autoria do Deputado **Fausto Júnior**, “Proíbe a instalação ou a transferência de medidores de energia elétrica para postes localizados nas vias públicas, no âmbito do Estado do Amazonas, e dá outras providências”, “Institui a Semana do Combate a Intolerância Religiosa, no âmbito do Estado do Amazonas, e dá outras providências”, “Dispõe sobre a flexibilização do licenciamento ambiental para intervenções destinadas à realização de melhorias nas rodovias situadas no Estado, bem como à sua conservação”, **n.º 87/2022**, de autoria do Deputado **João Luiz**. “Altera o parágrafo único do art. 2º da Lei n.º 5.533, de 14 de julho de 2021, que proíbe a troca de medidores e padrões de energia elétrica, como de similares, instalados pelas concessionárias e prestadoras de fornecimento de energia elétrica, sem a devida comunicação prévia ao consumidor”, **n.º 88/2022**, de autoria do Deputado **Ricardo Nicolau**, “Reconhece a profissão de condutor de ambulância no Estado do Amazonas, e dá outras providências”, **n.º 89/2022**, de autoria do Deputado **Cabo Maciel**, “Dispõe sobre o comparecimento de Militares Estaduais à Justiça Federal ou Estadual, em razão de intimação, na condição de testemunha, condutores de acusados presos em flagrante delito, no âmbito do Estado do Amazonas, e dá outras providências”; **n.ºs 90, 91, 92, 93, 94 e 95/2022**, de autoria da Deputada **Dra. Mayara Pinheiro Reis**, “Dispõe sobre o uso do asfalto ecológico no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências”, “Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração de cronograma de execução de reformas de estrutura física das Escolas Públicas do Estado do Amazonas”, “Estabelece a obrigação de clínicas, consultórios veterinários, pet shops e demais estabelecimentos veterinários, quando constatarem nos animais indícios de maus-tratos, comunicar o fato à Polícia Civil do Estado do Amazonas, e dá outras providências”, Dispõe sobre a obrigatoriedade da colocação de etiquetas em braile em peças de vestuário, no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências”, “Destina parte da madeira apreendida pela fiscalização ambiental no âmbito do Estado do Amazonas, para construção de habitações populares, e dá outras providências”, “Dispõe sobre o uso de portais magnéticos antifurtos ou dispositivos de segurança semelhantes em estabelecimentos de acesso ao público por conta da interferência aos marca-passos cardíacos, próteses ou aparelhos similares, e dá outras providências”, **Projeto de Lei n.º 99/2022**, oriundo da





Mensagem Governamental n.º 14/2022, “Autoriza o Chefe do Poder Executivo a alterar vinculações de órgãos, programas e ações constantes no Plano Plurianual - PPA 2020/2023, em virtude das disposições contidas na Lei n.º 5.634, de 1.º de outubro de 2021, e a abrir crédito adicional especial no Orçamento Fiscal vigente da Administração Indireta, que especifica (em regime de urgência solicitado pelo autor)”; **Projeto de Lei Complementar n.º 05/2021, oriundo do Ministério Público do Estado do Amazonas**, “Disciplina a Transação Administrativa Disciplinar (TAD) e Suspensão do Processo Administrativo Disciplinar (SUSPAD) e dá outras providências” (**estes em primeiro dia**). **Nada mais ocorrendo**, encerrou a Reunião e convocou todos para a **Sessão Ordinária** de amanhã à hora regimental. E, **para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega**, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

